



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 18ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810321

Processo nº 0097691-50.2018.8.17.2001

-

SENTENÇA

Vistos etc.

IVANILDO DOMINGOS DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, também devidamente qualificada.

Alega o autor, em resumo: que, no dia 28/06/2018, foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões corporais, que após constatação médica, resultou em debilidade permanente e invalidez parcial para o trabalho, vindo a receber da demandada a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos); que, por ter restado plenamente configurada a sua debilidade permanente, através de documento emitido por médico ortopedista, é devida a concessão de complementação de indenização, a qual deve perfazer a diferença entre o máximo indenizável de R\$ 13.500,00, conforme lesão verificada e o efetivamente pago pela seguradora líder. Pelo exposto, requer: seja a ação julgada totalmente procedente, para o fim de condenar a requerida ao pagamento de complemento de indenização no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), com os devidos acréscimos legais.

Devidamente citada, a parte demandada apresentou contestação, na qual pugna, em síntese, pela improcedência do pedido, caso entenda, ao contrário, este Juízo, que seja a indenização paga de acordo com a gradação legal.

Vieram-me os autos conclusos.

EIS O QUE IMPORTA RELATAR.

PASSO, POIS, A DECIDIR.



Resta incontroverso que o autor foi vítima, em 28/06/2018, de acidente automobilístico que lhe acarretou debilidade permanente em seu membro inferior esquerdo, o que foi atestado por intermédio de perícia traumatológica acostada ao ID nº 49591671, tendo recebido, em sede administrativa a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três e setenta e cinco centavos). Entende o autor, no entanto, fazer jus à indenização correspondente a diferença entre o máximo indenizável, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e o valor da lesão constatada, pelo que pugna por receber a complementação do seguro, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

O artigo 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação vigente à data do sinistro e do pagamento da indenização, dispõe que o valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT corresponde a R\$ 13.500,00 no caso de morte da vítima e a **ATÉ** R\$ 13.500,00 no caso de invalidez permanente, evidenciando-se, com isso, que, no caso de invalidez permanente, o valor de R\$ 13.500,00 é o limite máximo indenizável, e não a indenização devida em qualquer caso de invalidez ou debilidade, fazendo-se necessário, neste caso, verificar o grau de invalidez/debilidade e o correspondente percentual de indenização, nos termos do artigo 3º, § 1º, da Lei nº. 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.495/2009, e da tabela anexa desse diploma.

No caso em apreço, em decorrência do acidente, o autor foi submetido à perícia traumatológica que constatou estar ele acometido *dedano anatômico parcial incompleto do tornozelo esquerdo*, como se observa do laudo acostado ao processo, o que ensejaria o recebimento de indenização no valor equivalente a 25% do limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00, para a lesão apontada no laudo supracitado, nos termos da tabela acima referida, totalizando uma indenização de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), consoante inciso II, do art. 5º, da Lei nº 6194/74. Aplicando-se sobre esses valores, os percentuais de 50% (grau médio), chega-se, assim, a um montante devido de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), consoante inciso II, do art. 5º, da Lei nº 6194/74.

Diante disso, deve-se abater do total devido a quantia percebida pela autora administrativamente R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), restando-lhe o direito de receber, assim, o montante de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Ante o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da ação, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para condenar a empresa ré ao pagamento em favor da autora na importância **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, acrescida de correção monetária pela tabela da ENCOGE, a partir da data do sinistro, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.

Condeno, ainda, o demandante ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios de 10% do valor da causa, observando-se, no entanto, o benefício da gratuidade que lhe foi deferido.

Entretanto, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a execução da sucumbência acima fica suspensa.



Por outro lado, o autor, beneficiado da justiça gratuita, poderá ser obrigado a pagar as custas e os honorários sucumbenciais se sua condição de necessitado for desconstituída até o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da sentença final, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.

Expeça-se alvará em favor do perito designado nos autos, PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, inscrito no CRM/PE nº 16.868, conforme depósito acostado nos autos, com seus acréscimos legais, se houver.

P.R.I.

Recife, 27 de Abril de 2020.

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 18ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0097691-50.2018.8.17.2001
AUTOR: IVANILDO DOMINGOS DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO
DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 18ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 61100408, conforme segue transcrito abaixo:

" IVANILDO DOMINGOS DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, também devidamente qualificada. Alega o autor, em resumo: que, no dia 28/06/2018, foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões corporais, que após constatação médica, resultou em debilidade permanente e invalidez parcial para o trabalho, vindo a receber da demandada a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos); que, por ter restado plenamente configurada a sua debilidade permanente, através de documento emitido por médico ortopedista, é devida a concessão de complementação de indenização, a qual deve perfazer a diferença entre o máximo indenizável de R\$ 13.500,00, conforme lesão verificada e o efetivamente pago pela seguradora líder. Pelo exposto, requer: seja a ação julgada totalmente procedente, para o fim de condenar a requerida ao pagamento de complemento de indenização no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), com os devidos acréscimos legais. Devidamente citada, a parte demandada apresentou contestação, na qual pugna, em síntese, pela improcedência do pedido, caso entenda, ao contrário, este Juízo, que seja a indenização paga de acordo com a gradação legal. Vieram-me os autos conclusos. EIS O QUE IMPORTA RELATAR. PASSO, POIS, A DECIDIR. Resta incontroverso que o autor foi vítima, em 28/06/2018, de acidente automobilístico que lhe acarretou debilidade permanente em seu membro inferior esquerdo, o que foi atestado por intermédio de perícia traumatológica acostada ao ID nº 49591671, tendo recebido, em sede administrativa a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três e setenta e cinco centavos). Entende o autor, no entanto, fazer jus à indenização correspondente a diferença entre o máximo indenizável, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e o valor da lesão constatada, pelo que pugna por receber a complementação do seguro, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). O artigo 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação vigente à data do sinistro e do pagamento da indenização, dispõe que o valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT corresponde a R\$ 13.500,00 no caso de morte da vítima e a ATÉ R\$ 13.500,00 no caso de invalidez permanente, evidenciando-se, com isso, que, no caso de invalidez permanente, o valor de R\$ 13.500,00 é o limite máximo indenizável, e não a indenização devida em qualquer caso de invalidez ou debilidade, fazendo-se necessário, neste caso, verificar o grau de invalidez/debilidade e o correspondente percentual de indenização, nos termos do artigo 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.495/2009, e da tabela anexa desse diploma. No caso em apreço, em decorrência do acidente, o autor foi submetido à perícia traumatológica que constatou estar ele acometido de dano



anatômico parcial incompleto do tornozelo esquerdo, como se observa do laudo acostado ao processo, o que ensejaria o recebimento de indenização no valor equivalente a 25% do limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00, para a lesão apontada no laudo supracitado, nos termos da tabela acima referida, totalizando uma indenização de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), consoante inciso II, do art. 5º, da Lei nº 6194/74. Aplicando-se sobre esses valores, os percentuais de 50% (grau médio), chega-se, assim, a um montante devido de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), consoante inciso II, do art. 5º, da Lei nº 6194/74. Diante disso, deve-se abater do total devido a quantia percebida pela autora administrativamente R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), restando-lhe o direito de receber, assim, o montante de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Ante o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da ação, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a empresa ré ao pagamento em favor da autora na importância R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), acrescida de correção monetária pela tabela da ENCOGE, a partir da data do sinistro, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Condeno, ainda, o demandante ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios de 10% do valor da causa, observando-se, no entanto, o benefício da gratuidade que lhe foi deferido. Entretanto, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita, a execução da sucumbência acima fica suspensa. Por outro lado, o autor, beneficiado da justiça gratuita, poderá ser obrigado a pagar as custas e os honorários sucumbenciais se sua condição de necessitado for desconstituída até o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da sentença final, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Expeça-se alvará em favor do perito designado nos autos, PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, inscrito no CRM/PE nº 16.868, conforme depósito acostado nos autos, com seus acréscimos legais, se houver. P.R.I. Recife, 27 de Abril de 2020. Juiz de Direito "

RECIFE, 30 de abril de 2020.

FERNANDA ALVES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 18ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0097691-50.2018.8.17.2001
AUTOR: IVANILDO DOMINGOS DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO
DPVAT SA

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 18ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CPF 009.226.694-06.
VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.
DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01756189-5.

Tudo conforme **SENTENÇA** de ID **61100408**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:
"Expeça-se alvará em favor do perito designado nos autos, PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, inscrito no CRM/PE nº 16.868, conforme depósito acostado nos autos, com seus acréscimos legais, se houver."

Eu, FERNANDA ALVES DA SILVA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 30 de abril de 2020.

Raquel Ferreira dos Santos Nippo
Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

ARNÓBIO AMORIM
Juiz de Direito
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tje.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 18ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0097691-50.2018.8.17.2001
AUTOR: IVANILDO DOMINGOS DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO
DPVAT SA

ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo a parte perito para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 61320967, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 8 de maio de 2020.

FREDERICO FAUSTO SANTIAGO FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau



Alvará impresso.

Grato.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 18ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810321

Processo nº 0097691-50.2018.8.17.2001

DESPACHO

R.H.

Após o trânsito em julgado devidamente certificado, arquivem-se os autos.

Recife, 19 de maio de 2020.

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 18ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0097691-50.2018.8.17.2001
AUTOR: IVANILDO DOMINGOS DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO
DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 18ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 62128842 , conforme segue transcrito abaixo:

" R.H. Após o trânsito em julgado devidamente certificado, arquivem-se os autos. Recife, 19 de maio de 2020. Juiz de Direito

RECIFE, 22 de maio de 2020.

KALLIANDRA DAIANE SANTOS MARQUES
Diretoria Cível do 1º Grau



SOLICITA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DO REQUERENTE E DE SEU ADVOGADO

PEDE DEFERIMENTO

ADSON XAVIER- OAB/PE: 40.617

